

Ensino e aprendizagem musical para deficientes visuais: um levantamento bibliográfico

*Shirlei Escobar Tudissaki
AAPG/ IA-Unesp/ UNIABC/
shirleiescobar@gmail.com*

*Sonia Regina Albano de Lima
AAPG/ IA-Unesp/ UNIABC/*

Resumo: No Brasil, a inclusão de deficientes visuais nos processos de ensino/aprendizagem tem sido extremamente valorizada pelas políticas públicas. Entretanto, no que concerne ao ensino musical, grande parte das pesquisas não referendam o tema e pouco se sabe a respeito dos processos de ensino e aprendizagem aplicados. Essa realidade levou-nos a realizar uma pesquisa de caráter documental que teve como primeiro objetivo elaborar um levantamento bibliográfico para bem conceituar o termo e verificar quais as metodologias que estão sendo empregadas para o ensino musical dos deficientes visuais. Os autores que nortearam esta fase da pesquisa, em sua maioria espanhóis, foram Vallés (2001), Ochaita e Rosa (1992) e os britânicos Wills e Peter (2000).

Palavras chave: Deficiência visual, ensino e aprendizagem, educação musical.

Introdução

No Brasil, poucas são as instituições que promovem um ensino musical dirigido especificamente para os deficientes visuais. Apesar da inclusão do deficiente visual ser um tema amplamente veiculado pela legislação brasileira, os processos de ensino e aprendizagem musical para deficientes visuais ainda são pouco estudados em pesquisas científicas da área. O respeito às possibilidades de cada indivíduo e adaptação para os que possuem dificuldades acentuadas são questões atuais cada vez mais contempladas no ensino brasileiro e, como consequência, também são preocupações do ensino musical brasileiro. Mesmo porque, hoje os professores de música se preocupam em incluir na sala de aula alunos que diferem do padrão das pessoas consideradas 'normais'. Como incluir sem conhecer metodologias já existentes para o ensino destes indivíduos?

O ensino musical para deficientes visuais normalmente se dá de forma auditiva, ou seja, deficientes visuais aprendem música 'de ouvido', como se diz vulgarmente. Poucos conseguem ler uma partitura musical, pois a Musicografia Braille ainda não está difundida no meio e poucos são os educadores musicais que conseguem trabalhar com ela. Não basta conhecer os métodos pedagógicos que são aplicados aos deficientes visuais, é importante aos educadores musicais, aprender a Musicografia Braille e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que permitem essa forma de aprendizado. O ideal seria que deficientes



visuais pudessem compartilhar a educação musical com seus colegas de classe, entretanto, essa não é a nossa realidade.

O Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Educação Especial no documento “Estratégias e orientações sobre artes: Respondendo com arte às necessidades especiais” admite que: “Cada pessoa é única, com características físicas, mentais, sensoriais, afetivas e cognitivas diferenciadas [...]. Cai o ‘mito’ da constituição de uma turma homogênea e surge o desafio de uma ‘práxis’ pedagógica que respeite e considere as diferenças” (BRASIL, MEC, 2002, p. 13).

As políticas públicas do país garantem o acesso ao ensino de qualidade para todos os indivíduos. Várias leis foram criadas com o intuito de estender este direito aos deficientes. O inciso III do artigo 208 da Constituição Federal de 1988, atribui como dever do Estado, o atendimento educacional especializado aos deficientes, preferencialmente na rede regular de ensino. O documento Parâmetros Nacionais do Ensino Especial de 1994, a PNEE/94, por sua vez, regulamenta a educação especial atribuindo-lhe a responsabilidade de promover o potencial desses alunos. Conforme cita Goffredo (2007), a Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de setembro de 2001, que institui diretrizes nacionais para a educação especial na Educação Básica, destaca de forma ampla, a sua função de apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns. Com o surgimento da Lei n. 11.769, de 18 de agosto de 2008, que altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, obrigando o ensino de música na educação básica, estende-se os mesmos direitos e obrigações para a educação musical.

Embora as políticas públicas tenham conhecimento da individualidade de cada aluno e defendam uma prática pedagógica que respeite essas especificidades, a inserção de um aluno deficiente em sala de aula implica na necessidade de se introduzir um professor preparado pedagogicamente para atuar com esse indivíduo. Sem isso, o ensino torna-se caótico, ineficiente, fadado ao completo insucesso.

Um ensino musical inclusivo aplicado aos deficientes visuais comporta uma análise interdisciplinar, pois dele participam diversas áreas de conhecimento: a política, a social, a pedagógica, a cultural e a da saúde. O ensino aplicado exige uma didática específica; o conhecimento do tema; uma boa experiência pedagógica com relação ao ensino a ser ministrado; um profundo conhecimento das limitações deste alunato; a definição do conhecimento de inclusão e uma leitura dos ordenamentos legislativos aplicados a este ensino. Foram estes quesitos que determinaram o início desta pesquisa. Objetivou-se preliminarmente, obter um conceito amplo do que vem a ser deficiência visual e inclusão pedagógica, além de verificar no levantamento bibliográfico, quais os processos de



ensino/aprendizagem estão sendo utilizados na educação musical brasileira. Com base nesse levantamento bibliográfico, poderíamos obter parâmetros para estender o ensino musical aos deficientes visuais para a leitura de partituras e melhor entendimento da linguagem musical.

O conceito de inclusão utilizado na pesquisa foi fundamentado nos estudos de Goffredo (2007), que aponta para uma pedagogia equilibrada, entendendo que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve se ajustar às necessidades de cada aluno, e não os alunos se adaptarem ao ritmo imposto pelo processo educativo.

Aspectos da Deficiência Visual: cegueira e baixa visão

O termo deficiência visual é empregado para indivíduos que tem problemas visuais irreversíveis, mesmo após tratamento cirúrgico ou uso de óculos específicos. Dentre os déficits na visão, encontram-se também a baixa visão e a cegueira.

A cegueira abrange diferentes tipos de deficiência visual grave: na cegueira parcial os indivíduos só veem vultos e distinguem claro e escuro; os indivíduos próximos da cegueira total só têm percepção de luminosidade, sendo capazes apenas de identificar a direção da luz; e a cegueira total (amaurose), que pressupõe completa perda de visão, onde o indivíduo não tem percepção luminosa.

O Decreto n. 5.296/04 cria normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida:

Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (BRASIL, 1999).

A Organização Mundial de Saúde (World Health Organization – WHO) declara que ao menos 1% da população mundial apresenta algum tipo de deficiência visual. Apesar de algumas dificuldades, os deficientes visuais podem participar da maioria das atividades diárias, se bem auxiliados pela família e profissionais da saúde e educação. Esse dado dimensiona a importância de se introduzir nos processos de ensino/aprendizagem dos deficientes visuais, um docente capaz de estimular e adaptar este aluno pedagogicamente e de maneira tranquila. Esta afirmativa deve nortear o ensino formal, não formal e informal. Neste processo de aprendizagem o docente tem uma responsabilidade bem maior do que o ideal pedagógico expressado por Lima:



Nos processos de ensino/aprendizagem, a aquisição de conhecimentos não se processa automaticamente. Entre uma atividade e outra existem hiatos de grande complexidade, intersubjetividade e instabilidade. Para que ocorra o aprendizado, o aluno deve criar com o saber, uma relação de autêntica convivência, de prazer, de entrega, convívio e criatividade. É necessário que o aluno sinta na apreensão do conhecimento o seu sentido de vida, a sua evolução como ser humano e nessa tarefa o professor tem uma participação direta. Quanto mais ele se dedicar a essa tarefa, mais carisma e autoridade terá perante a classe e o educando. É o professor que motivará os alunos, para que compreendam o valor do ensino oferecido. A principal tarefa de um educador é conduzir o aluno para descobrir esses valores nas suas experiências e vivências pessoais. O saber não pode ser imposto, ele deve ser criativo e para que isso ocorra é preciso que o aluno participe, conviva com novos valores, assumam-os em vida, vivencie-os e interiorize-os (LIMA, 2009, p. 87).

De acordo com o estímulo recebido pelo aluno deficiente visual, seu desenvolvimento poderá ser maior ou menor. Isso porque existe a neuroplasticidade que está intimamente ligada ao sistema nervoso.

As células do sistema nervoso são dotadas de plasticidade, ou seja, podem transformar sua forma e/ou função em resposta a modificações do ambiente. A capacidade plástica do sistema nervoso é maior em fases precoces do desenvolvimento, mas pode ser observada durante toda a vida adulta [...] (LOPES; SERFATY, 2008, p. 101).

A neuroplasticidade ou plasticidade neural nada mais é do que a comunicação entre os neurônios, ou seja, a transmissão sináptica. Os neurônios, através de conexões passam a responder e se comportar como os outros, aos quais se conectaram através da transmissão sináptica. A plasticidade neural é ativada graças aos estímulos externos da família e professores.

[...] Sabemos ainda que a potencialidade para o aprendizado em deficientes visuais, especialmente crianças, pode ser estimulada ou inibida, dependendo das condições do ambiente. Isto porque o sistema nervoso é, até certo ponto, bastante plástico, ou seja, tem a capacidade de se modelar de acordo com estímulos ambientais. Assim, fica claro que o emprego de programas que possam promover um acompanhamento direcionado, através de professores especializados, é fundamental para permitir o desenvolvimento de toda a potencialidade dos deficientes visuais e uma melhor interação destes com a sociedade (LOPES; SERFATY, 2008, p. 19).

Além das adaptações necessárias para que os aspectos educativos se processem de fato, existem as adaptações que visam promover facilidades nas atividades diárias dos deficientes, como a Tecnologia Assistiva – que é um ramo da Terapia Ocupacional. Hopkins (1998, apud LOURO, ALONSO, ANDRADE, 2006, p. 73) define a Tecnologia



Assistivacomo: “Qualquer elemento, peça de equipamento, ou sistema, que seja adquirido comercialmente sem modificações, modificado ou feito sob medida, utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais de indivíduos com deficiências”.

Estas adaptações não ocorrem somente na vida diária dos deficientes em geral ou no ensino formal de música. Elas se estendem também para os instrumentos musicais – caso das flautas e pandeiros para pessoas que não possuem os dois braços. Existem também as órteses que, segundo Louro, Alonso, Andrade (2006, p. 76) são “dispositivos prescritos e fabricados somente por profissionais da área da saúde, que podem ser utilizados em qualquer parte do corpo, isoladamente ou abrangendo mais de uma articulação”. Como exemplo, temos órteses para se segurar as baquetas de um instrumento de percussão ou para se tocar instrumentos de teclado. No caso dos deficientes visuais, as adaptações arquitetônicas também são de grande importância. Pisos antiderrapantes facilitam o uso da bengala pelos cegos e, quando coloridos adequadamente, facilitam a locomoção de pessoas com baixa visão.

Os materiais didáticos para deficientes visuais também devem seguir alguns critérios de modo a facilitar o entendimento destes alunos. Segundo Cerqueira e Ferreira (2000, apud FILGUEIRAS, PEREIRA, MELCA, 2008, p. 185), “os materiais didáticos devem atender a alguns critérios: tamanho, significação tátil, aceitação, estimulação visual, fidelidade, facilidade de manuseio, resistência e segurança”. Outro critério importante nas aulas de música ou mesmo no ensino formal é a utilização de objetos sonoros: “O estímulo sonoro agregado a qualquer objeto faz com que o deficiente visual, além de estimular o sentido da audição, localize os objetos no espaço”. (FILGUEIRAS, PEREIRA, MELCA, 2008, p. 185).

O Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial nas publicações disponibilizadas gratuitamente em seu site elencam várias modalidades de adaptações curriculares que podem ser promovidas em prol da aprendizagem desses alunos em particular. Vale ressaltar que este documento trata do ensino formal, mas isso pode se estender para o ensino de música em geral. Tais adaptações facilitam o processo cognitivo de alunos deficientes, inserindo-os no contexto da sala de aula.

Educação musical para deficientes visuais

A afirmação de que deficientes visuais têm uma relação especial com a música é muito comum. Como é uma arte em que a intervenção do ouvido é essencial e a visão é considerada um sentido secundário, a música funciona como uma atividade prazerosa, que, inclusive, auxilia na socialização, autoestima e compreensão de outras áreas do conhecimento.



Porém, a falta de conhecimento dos educadores musicais com a Musicografia Braille, e de como ampliar as partituras ou textos para facilitar a leitura de alunos com baixa visão, demonstra que o ensino musical para deficientes visuais em nosso país, ainda é puramente auditivo e intuitivo.

A educação musical pode ser responsável pelo desenvolvimento de várias faculdades humanas, como o desenvolvimento do movimento, da destreza vocal e de imagens auditivas – imaginação e interiorização de sons. De acordo com Peter Wills e Melanie Peter (2000) a educação musical será importante para que o aluno:

Desfrute da sensação de realização individual e coletivo; apreciação e discriminação estéticas; destreza de escuta e sensibilidade aos sons; imaginação e criação; destreza intelectual e artística; capacidade de analisar e resolver problemas; técnicas de estudo: atenção aos detalhes, aumento da atenção, preocupação pela precisão, memorização e interpretação de sons e símbolos; técnicas de comunicação (não verbais e verbais); destrezas sociais, como a cooperação, a perseverança, a tolerância e a confiança em si mesmo; motivação pessoal, autodisciplina, autoanálise; consciência e apreciação de diversas tradições culturais (WILLS; PETER, 2000, p. 11).

Wills e Peter falam ainda das adaptações curriculares necessárias para que a aprendizagem musical para indivíduos com dificuldade de aprendizagem ou deficientes em geral, se dê de forma realmente eficaz. Nestes casos, o enfoque multissensorial é uma ferramenta importante para o ensino:

Temos que equipar e capacitar nossos educadores que trabalham com grupos de alunos com dificuldades de aprendizagem para que satisfaçam as dificuldades individuais diversas do grupo. Pode adotar-se um enfoque multissensorial, de maneira que os alunos aprendam através do meio mais eficaz e trabalhem relacionados aos seus pontos fortes e deficitários. Talvez seja necessário explorar um conjunto de meios para apresentar o mesmo material a alunos diferentes. Por exemplo, um menino surdo não somente pode experimentar a música através de um forte estímulo visual (por exemplo, um instrumento colorido de forma chamativa ou que resulte atrativo), mas também sentindo as vibrações; um menino cego do mesmo grupo também experimentará a música através das vibrações, mesmo que; necessite de mais reforço tátil [...] (WILLS; PETER, 2000, p. 14).

O sistema utilizado para a leitura e escrita de partituras musicais, no caso dos deficientes visuais, é a Musicografia Braille. O inventor do sistema Braille, Louis Braille (1809-1852), foi também o responsável pela criação do sistema de Musicografia Braille. O esquema para leitura e compreensão é o mesmo do Braille, com seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas verticais e paralelas de três pontos cada uma. Esses seis pontos podem formar 64 combinações diferentes. Desde sua criação, a Musicografia Braille sofreu



poucas modificações. No Brasil, graças aos anos de pesquisa e estudos da União Mundial de Cegos (ONCE) sediada na Espanha, foi publicado em 2004, o “Novo Manual Internacional de Musicografia Braille”, obra de referência para os interessados no tema. Os símbolos táteis presentes nas músicas em notação da Musicografia Braille conseguem demonstrar boa parte dos símbolos musicais descritos em uma partitura, mas não todos.

Para que seja possível a leitura dos símbolos da Musicografia, há materiais específicos, como reglete, punção, máquina de escrever Braille (Perkins, a mais comum), Tatrapoint, impressora Braille e o computador – para o qual foram criados programas como o DOSVOX.

É importante ressaltar que as atividades ligadas à percepção musical serão quase as mesmas tanto para alunos com ou sem deficiência visual, englobando metodologias modernas e atualizadas.

Ao refletir sobre qual seria o planejamento adequado aos alunos e alunas cegas ou alunos e alunas com baixa visão, nos demos conta que, essencialmente, seria a mesma e contemplaria os mesmos aspectos que os englobados na maioria dos métodos atuais, ativos e vivenciais, derivados da pedagogia moderna, que se encontram em uma linha de pensamento que observa o conceito de educação musical diferenciado do simples adestramento musical, conceito que entende a música como uma atividade alheia ao ser humano (VALLÉS, 2001, p. 30-31).

Sendo assim, fica claro que os deficientes visuais podem alcançar o mesmo desenvolvimento intelecto-perceptivo-musical dos videntes, pois eles são capazes de construir suas conexões, partindo do reconhecimento do mundo que os cerca. Para tanto, é necessário estímulo por parte da família e dos educadores responsáveis por este aluno.

Considerações finais

A fundamentação teórica apresentada cria subsídios de auxílio ao educador musical para lidar com os deficientes visuais. A definição do conceito de deficiente visual também é importante para que o professor saiba como lidar com esses indivíduos de acordo com o grau de deficiência. Percebe-se, pelo levantamento realizado, que o educador musical neste caso necessita de ferramentas pedagógicas modernas que, em conjunto com o conhecimento da Musicografia Braille, auxiliam o aluno na aprendizagem musical.

A ação interdisciplinar é fundamental, pois amplia o entendimento cognitivo e sua prática musical para lidar com esses alunos, o que proporcionará maior prazer na prática musical e um aprendizado verdadeiramente eficaz. Além do mais, a inclusão de um deficiente



visual no ambiente musical, fortalece sua autoestima, propicia melhor convívio social e estimula esse aluno a transcender sua performance. Na história da música, muitos são os exemplos de indivíduos deficientes visuais que seguiram a carreira musical. Podemos citar como exemplos deficientes visuais que obtiveram grande êxito: Stevie Wonder, Ray Charles, Sivuca e Hermeto Pascoal.

O estudo da Musicografia Braille em conjunto com metodologias pedagógicas musicais modernas é indispensável para potencializar o desempenho de alunos deficientes visuais em aulas de música. O Novo Manual Internacional de Musicografia Braille, disponibilizado pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação brasileiro, acessível gratuitamente em seu site, é um deles. Outros materiais como o reglete, punção, máquina Perkins, impressora Braille e de programas de computador como o DOSVOX também o são. Com estes recursos, com certeza os deficientes visuais poderão se sentir incluídos no processo de ensino/aprendizagem musical.

